



Foto: ABCC

AQUICULTURA E PESCA: A NECESSIDADE DA DESONERAÇÃO FISCAL

| ITAMAR DE PAIVA ROCHA

A economia brasileira passa por um teste de solidez ao confrontar-se com a crise financeira que afeta os denominados países industrializados, com seus efeitos colaterais incidindo sobre o resto do mundo e afetando em particular os segmentos exportadores dos países emergentes, como é o caso do Brasil. Atento ao problema, o governo federal, dentro do modelo de manejo equilibrado da economia nacional, em momento de rara oportunidade anuncia medidas fiscais com objetivos claros de abrir mão de certos tributos como forma de melhorar e/ou manter a competitividade daqueles setores da economia mais atingidos pela crise.

Com o clamor do retrocesso que estaria ocorrendo no componente da indústria nacional voltado para o comércio exterior, um dos mais afetados pela crise, é compreensível a prioridade que as autoridades

governamentais estão atribuindo a quinze segmentos selecionados a nossa economia para aliviar o peso fiscal nos custos de produção, e com isso torná-los mais competitivos no âmbito nacional e do comércio exterior.

A isenção das contribuições do PIS/COFINS e a desoneração da Folha de Pagamento são os incentivos fiscais utilizados, os quais se mostram proativos com efeitos que se traduzem em benefícios imediatos para os setores recipiente das ações.

O que muita gente talvez não saiba e, portanto, consideramos oportuno lembrar é que alguns segmentos exportáveis do setor primário da nossa economia, também, têm sido objeto desses incentivos governamentais. É o caso das nossas carnes bovina, suína e de frango que participaram com US\$ 15,8 bilhões de um total de US\$ 46,4 bilhões das importações setoriais no mercado in-

ternacional em 2011, o que deu ao Brasil a incrível participação de 34% no plano global e o projeta como um dos principais fornecedores de proteína animal para alimentar parte considerável da população do mundo.

Entretanto, consciente da oportunidade e propriedade, o setor de pescado nacional como um todo - aquicultura e pesca - questiona por que não foi incluída no contexto desses benefícios, como forma de incentivar outra atividade primária que se mostra estratégica na geração de emprego e renda e na criação de oportunidades de negócios, além de representar uma excelente alternativa para a correção dos desequilíbrios macro regionais que ainda marcam o desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, embora a Região Nordeste se destaque como a maior produtora aquícola entre as macrorregiões do Brasil (34%), de acordo ▶